

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2022

▪ O CONTEXTO ECONÓMICO

CONJUNTURA INTERNACIONAL

O Panorama económico Global em 2022 foi marcado pelo crescimento económico lento, resultante da Pandemia de COVID-19, dos efeitos da guerra Ucrânia e na Rússia que resultaram no aumento dos custos de financiamento global e a subida das taxas de juro pelos bancos centrais para fazer face à inflação. A economia global caiu para 3,4%, em 2022 e prevê-se um crescimento de 2,9%, em 2023, como indica o Fundo Monetário Internacional, em World Economic Outlook, Update.

A rápida disseminação do COVID-19 na China prejudicou o crescimento em 2022, mas a recente reabertura criou condições para uma nova recuperação mais rápida que a esperada. Neste contexto, espera-se que a inflação global caia de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023, embora esteja acima dos níveis pré-pandêmicos, (2017-19), cerca de 3,5%. Os graves problemas de saúde na China podem retardar a recuperação, os mercados financeiros também podem reavaliar repentinamente em resposta às condições adversas da inflação e uma maior fragmentação geopolítica pode prejudicar o progresso económico.

Porém, a maior parte das economias estão numa crise do custo de vida, com condições monetárias mais restritas, afectando assim a estabilidade financeira, a sua prioridade contínua sendo a desinflação sustentada, implantação de ferramentas macro prudenciais e reestruturar a dívida.

O apoio fiscal deve ser bem direccionado aos mais afectados pelos preços elevados de alimentos e energia. Uma cooperação multilateral mais forte mostra-se essencial para preservar os ganhos do sistema multilateral baseado em regras e mitigar as mudanças climáticas, limitando as emissões e aumentando o investimento verde.

CONJUNTURA DOMÉSTICA

No panorama económico doméstico em 2022, a consolidação do crescimento da actividade económica contribuiu para a manutenção do nível moderado do risco sistémico, a reflectir a contínua melhoria da procura interna e externa e a execução de projectos energéticos.

O crescimento do PIB foi de 4,24% depois de um crescimento de 3,57% registados em 2021, a inflação acumulada até Dezembro de 2022 situou-se em 10,91%, e a taxa de câmbio tem sido estável desde meados de 2021 apesar da desaceleração económica desde 2016.

Ainda assim, o sistema financeiro doméstico ressentiu-se de algumas vulnerabilidades, com destaque para a instabilidade militar na região norte do país e a ocorrência de eventos climáticos extremos. A instabilidade no norte do país aumenta os gastos do Governo em logística militar e assistência humanitária, encarece o acesso aos serviços financeiros, retarda a inclusão financeira e compromete a capacidade dos agentes económicos afectados de honrarem os seus compromissos com o sector bancário, refletindo no incremento do risco de crédito e da instabilidade financeira.

A pressão sobre indvidamento público interno junto do sistema financeiro manteve-se em 2022 explicada, parcialmente pela limitada disponibilidade de recursos financeiros por parte do Estado. Em termos acumulados, a dívida pública interna incrementou em cerca de 54 mil milhões de Meticals, a reflectir essencialmente, o aumento do financiamento por via de obrigações de Tesouro e emissão de bilhetes de Tesouro.

A retoma do programa com o Fundo Monetário Internacional marcou o ano de 2022, após um período de seis anos de ausência desta instituição no suporte do Orçamento do Estado, o que sinaliza uma gradual melhoria da confiança do país no mercado internacional.

Os principais agentes de notação financeira mantiveram a classificação do país no mercado internacional no nível de risco substancial, pese embora a ligeira melhoria verificada na avaliação.

No fecho de 2022, o saldo das Reservas Internacionais Líquidas (RILs) foi de USD 2.763,4 milhões, equivalente a um desgaste anual de USD 560,8 milhões. Por seu turno, o saldo das Reservas Internacionais Brutas (RIB) situou-se em USD 2.850,4 milhões, assegurando a cobertura de 3,4 meses de importação de bens e serviços, excluindo as transacções dos grandes projectos.

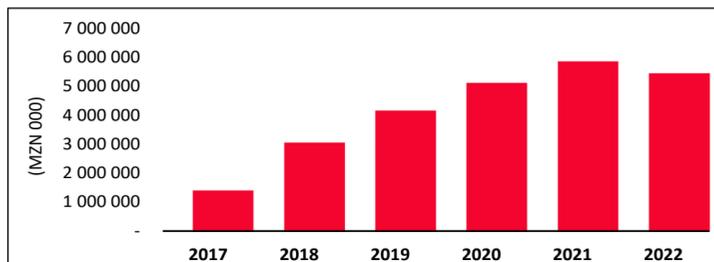
A redução das RILs em 2022 foi explicada pelos pagamentos do serviço da dívida pública externa, no valor de USD 511,8 milhões e vendas líquidas do BM no MCI, no valor de USD 855,8 milhões, destinado, maioritariamente à comparticipação na factura de importação de combustíveis.

O FMI projecta que a economia moçambicana cresça cerca de 8% até 2024, fortemente influenciada pela exploração de gás natural liquefeito. Segundo o organismo, as perspectivas económicas baseiam-se, sobretudo, num crescimento de 4,24% e 5% registados em 2022 e 2023, respectivamente, superior à média regional de 3,5% nos últimos dois anos. Para o FMI, as perspectivas a médio e longo prazo apontam para um crescimento mais elevado do que em relação à média regional, podendo atingir um pico em 2027 e 2028, acelerando depois para mais de 10%.

DESEMPENHO DO BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE

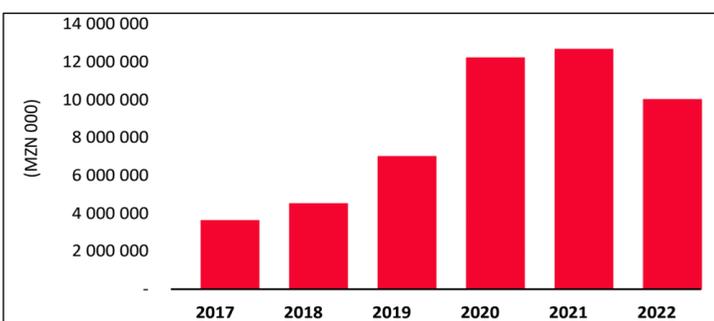
ANÁLISE DO BALANÇO

CRÉDITO A CLIENTES



A carteira de crédito do Banco Société Générale Moçambique SA (doravante designado por SGM ou Banco) tem mostrado uma tendência crescente desde 2015, aquando da entrada do Banco Société Générale na estrutura accionista do Banco, enriquecendo os processos de metodologia, compromisso e determinação ao Banco. O gráfico acima mostra a evolução do nível de crédito aos clientes, em 2022 reduziu em 7% devido a liquidação de exposições significativas sustentadas pela sazonalidade dos negócios dos referidos clientes mas que na média anual observou um crescimento significativo que contribui para o incremento da margem financeira e consequente produto bancário.

DEPÓSITO DE CLIENTES



O Société Générale tem vindo a crescer a um passo maior do que o mercado, no ano de 2021 registou um dos picos mais altos do crescimento da carteira dos depósitos, em 2022 foi diferente (-21%), devido a dinâmica do mercado.

PRINCIPAIS INDICADORES DO BALANÇO

Os principais indicadores da estrutura do balanço no quadro resumo que se segue, mostram uma contínua evolução positiva, com maior destaque para os activos remunerados, que em grande parte se justifica pela estabilidade da carteira de depósitos aliada à credibilidade que os clientes têm para com o Banco.

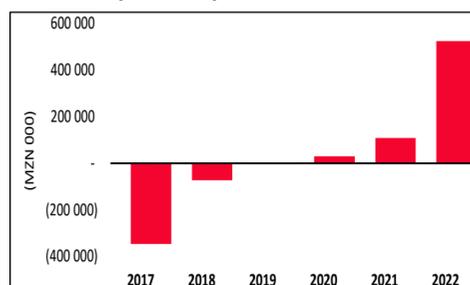
Análise do balanço	2022	2021
Crescimento do total de activos bancários	-12%	6%
Crescimento dos activos remunerados	-9%	24%
Crescimento do crédito a clientes	-7%	14%
Crescimento dos depósitos de clientes	-21%	4%
Taxa de transformação	54%	46%
Activos remunerados/total do activo	81%	79%

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

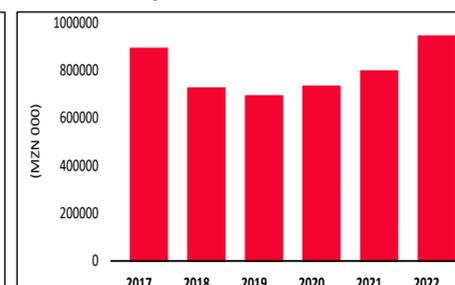
O ano de 2022 foi marcado pela confirmação da robustez do Banco, num ano de muitos desafios o Banco conseguiu reiventarse no mercado. Os resultados que o Banco tem apresentado, mostram a resiliência na estratégia da gestão que culminou com o aumento da margem financeira em 43% e do produto bancário em 28%.

Os resultados líquidos tem melhorado ao longo dos anos e pelo terceiro ano consecutivo o Banco apresenta um resultado positivo, aumentando a carteira de crédito, mantendo depósitos sustentáveis, lançando novos productos e controlando os custos operacionais. Os gráficos que se seguem mostram a evolução dos resultados líquidos e dos custos operacionais respectivamente.

Resultado líquido de impostos



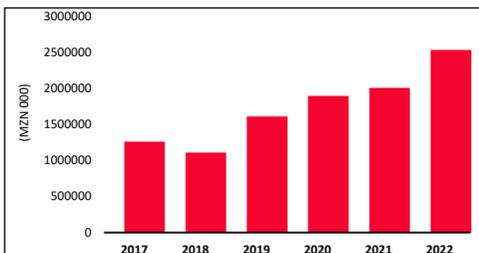
Custos operacionais



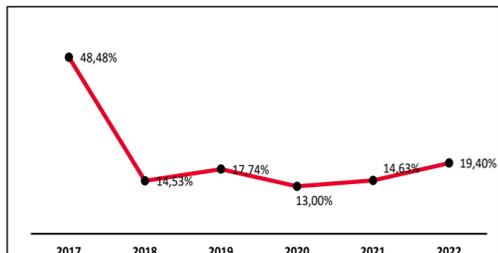
Análise dos Capitais próprios

Nos últimos anos os capitais próprios do Banco têm sido influenciados pelos resultados positivos e capital social de acordo com o plano de investimento, reforçando a confiança no crescimento do Banco. Estes aumentos permitiram que o Banco expandisse o negócio, com impacto no rácio de solvabilidade global para 19.40%. Os gráficos que se seguem mostram a evolução dos capitais próprios e do rácio de solvabilidade, respectivamente.

Capitais próprios



Rácio de solvabilidade



O Conselho de Administração

Mareme Mlaye
(Presidente do Conselho de Administração)

Katan Hirachand
(Administrador)

Beatrice VANDJI
(Administradora)

Marie Désiré LÉO
(Administrador Interino)

Adila FAKIM
(Administradora Interina)

APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do **SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, SA** em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

O Conselho de Administração procedeu a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2022, constantes das páginas 9 a 59, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do **SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, SA**, em 28 de Julho de 2023 e vão assinadas em seu nome por:

O Conselho de Administração

Mareme Mlaye
(Presidente do Conselho de Administração)

Katan Hirachand
(Administrador)

Beatrice VANDJI
(Administradora)

Marie Désiré LÉO
(Administrador Interino)

Adila FAKIM
(Administradora Interina)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos accionistas do

SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A.

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras do BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A. ("o Banco"), constantes das páginas 9 a 59, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2022, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A. em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para a Opinião com Reservas

Conforme referido na Nota 33 das Notas às demonstrações financeiras, devido a um incidente informático ocorrido no último trimestre de 2021, as demonstrações financeiras dos anos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foram preparadas a partir de uma base de dados alternativa, criada a partir da aplicação informática core do Banco (base de dados principal), na qual foram efectuadas um conjunto de correções de modo a sanar os efeitos do incidente ocorrido.

A utilização de uma base de dados alternativa para suportar as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2022 constituiu uma limitação ao âmbito dos procedimentos necessários para a nossa auditoria.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos nos termos do Código de Ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), órgão da IFAC-International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outra informação

O Conselho de Administração e responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório da administração e a declaração de responsabilidades dos administradores conforme requerido pelo Código Comercial. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração e responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração e responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas a continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo. O Conselho de Administração e responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectara sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.



Deloitte & Touche (Moçambique), Lda

Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SA/OCAM/2014

Representada por:

Zacaria Fakir

Partner

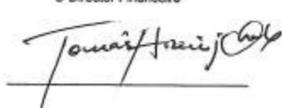
Auditor Certificado nº 16/CA/OCAM/2012

Maputo, 31 de Julho de 2023

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares	3	1 689 084 485	1 316 622 612
Juros e gastos similares	3	(495 769 795)	(480 933 357)
Margem financeira	3	1 193 314 690	835 689 255
Rendimentos de serviços e comissões	4	213 455 400	231 957 000
Encargos com serviços e comissões	4	(65 661 441)	(63 075 259)
Serviços e comissões líquidas	4	147 793 959	168 881 741
Operações financeiras líquidas	5	422 165 158	371 242 086
Total dos rendimentos operacionais		1 763 273 807	1 375 813 082
Gastos com pessoal	6	(417 209 206)	(382 668 188)
Depreciações e amortizações	18;19	(79 006 286)	(82 543 371)
Outros gastos operacionais	7	(452 009 735)	(337 027 089)
Outros rendimentos operacionais	8	(24 526 738)	28 579 434
Lucro antes do imposto e imparidades		790 521 842	602 153 869
Perdas por imparidade de crédito	15	(468 706 432)	(726 182 686)
Reversão de perdas por imparidade de crédito	15	403 546 784	425 717 003
Imparidade de outros activos	18;19	(1 652 231)	(6 613 625)
Provisões	23	(38 292 908)	(92 233 585)
Lucro antes do imposto		685 417 055	202 840 976
Imposto corrente	9	(160 523 060)	(92 104 152)
Lucro líquido do exercício		524 893 994	110 736 824
Outro rendimento integral líquido de imposto		-	-
Total do rendimento integral do exercício		524 893 994	110 736 824

O Director Financeiro



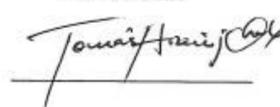
O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Notas	2022	2021
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	1 280 546 445	2 037 654 711
Disponibilidades em instituições de crédito	11	1 819 464 053	2 381 284 726
Aplicações em instituições de crédito	12	3 634 174 196	3 803 746 760
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	294 804 486	295 746 201
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15	5 471 255 041	5 873 993 319
Outros activos	16	37 126 242	70 369 267
Propriedades de investimento	17	258 436 500	259 263 000
Activos tangíveis e direito de uso de activo	18	931 065 224	935 993 054
Activos intangíveis	19	2 899 827	11 867 669
Activos por impostos correntes	20	22 027 154	21 927 154
Total de activos		13 782 804 169	15 722 850 861
Passivos			
Recursos de instituições de crédito	21	680 279 296	688 344 159
Depósitos de clientes	22	10 051 790 711	12 693 833 461
Provisões	23	142 800 440	104 507 531
Outros passivos	24	374 034 418	227 160 399
Total dos passivos		11 248 904 863	13 713 845 551
Capital próprio			
Capital social	25	2 647 200 000	2 647 200 000
Prémio de emissão	25	13 790 314	13 790 314
Reserva legal	26	107 827 929	107 827 929
Resultados transitados		(234 918 937)	(759 812 931)
Total do capital próprio		2 533 899 306	2 009 005 310
Total do capital próprio e passivo		13 782 804 169	15 722 850 861

O Director Financeiro



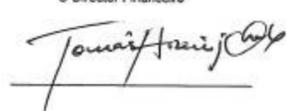
O Conselho de Administração




**O FUTURO,
LADO A LADO**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Capital social Nota 25	Prémio de emissão Nota 25	Reserva legal Nota 26	Resultados transitados	Total do capital próprio
Saldo a 01 de Janeiro de 2021	2 647 200 000	13 790 314	103 041 493	(865 763 319)	1 898 268 488
Lucro líquido do exercício	-	-	-	110 736 824	110 736 824
Transferência para reserva legal	-	-	4 786 436	(4 786 436)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	2 647 200 000	13 790 314	107 827 929	(759 812 931)	2 009 005 311
Lucro líquido do exercício	-	-	-	524 893 994	524 893 994
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	2 647 200 000	13 790 314	107 827 929	(234 918 937)	2 533 899 306

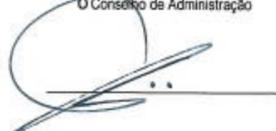
O Director Financeiro


O Conselho de Administração


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Notas	2022	2021
Actividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		524 893 994	110 736 824
<i>Ajustamentos de:</i>			
Depreciações e amortizações	18,19	79 006 286	82 543 371
Perdas por imparidade de crédito	15	468 706 432	726 182 686
Imparidade de activos intangíveis	19	1 703 451	4 257 505
Imparidade de activos tangíveis	18	(51 220)	2 356 120
Reversão de imparidade de crédito	15	(403 546 784)	(425 717 003)
Créditos abatidos	15	(156 664 640)	(116 644 742)
Provisões	23	38 292 908	92 233 585
Varição de justo valor em propriedades de investimento	17	826 500	(8 526 700)
Varição de activos operacionais	15,16	527 486 294	(948 731 385)
Varição de reservas obrigatórias		270 631 908	1 664 859 107
Varição de passivos operacionais	21,22,24	(2 503 233 596)	630 438 014
Imposto sobre o rendimento		(100 000)	(100 000)
Fluxo de caixa gerado pelas actividades operacionais		(1 152 048 465)	1 813 887 382
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	18	(58 891 522)	(44 851 326)
Aquisição de activos intangíveis	19	(7 871 323)	(6 368 581)
Aquisição de instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	(294 804 486)	(295 746 201)
Reembolsos de instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	295 746 201	296 683 736
Fluxo de caixa gerado pelas actividades de investimento		(65 821 130)	(50 282 371)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1 217 869 595)	1 763 605 011
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6 899 384 652	5 135 779 641
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5 681 515 057	6 899 384 652
Cash and cash equivalents as follows:			
		2022	2021
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	1 280 546 445	2 037 654 711
Reservas junto do Banco Central	10	(1 052 669 636)	(1 323 301 545)
Disponibilidades sobre instituições de crédito	11	1 819 464 053	2 381 284 726
Aplicações em instituições de crédito	12	3 634 174 196	3 803 746 760
		5 681 515 057	6 899 384 652

O Director Financeiro


O Conselho de Administração


Introdução

O Banco Societé Générale Moçambique, S.A. (doravante designado por SGM ou Banco) é um banco privado, constituído em 1999 com sede em Maputo – Moçambique. O Banco é detido em 65% por Societé Générale Paris e 35% por Mauritius Commercial Bank. Actualmente o Banco tem seis agências, duas em Maputo, uma na Matola, duas em Nampula e uma na Beira.

1. Principais políticas contabilísticas

1.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de Julho de 2023 e serão submetidas para aprovação pelos Accionistas na reunião da Assembleia Geral de Accionistas.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os valores são arredondados em Meticais, excepto quando mencionado em contrário.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer a utilização de julgamentos, estimativas e pressupostos de aplicação de determinadas políticas contabilísticas fundamentais. Além disso, exige também que o Conselho de Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do Banco. As notas às demonstrações financeiras incluem as áreas que envolvem um maior grau de complexidade, e as áreas em que os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para o Banco.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e métodos usados na estimativa de perdas por imparidade para empréstimos e adiantamentos a clientes estão descritos na alínea e) da nota 1.3 imparidade de activos financeiros e estão de acordo com a NIRF 9.

Justo Valor

O justo valor dos investimentos negociados num mercado financeiro activo e organizado, é determinado com base em cotações do mercado na data do balanço. Para investimentos onde não há um mercado activo, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de informação disponível no mercado, referencia ao valor de mercado actual de um outro instrumento com as mesmas características ou outros modelos de avaliação conforme mencionado na alínea d) da nota 1.3

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. É necessário julgamento para ser determinado o montante de impostos diferido activo a ser reconhecido, com base no prazo provável e níveis de lucro tributável futuro, em conjugação com uma estratégia de planeamento fiscal. Os prejuízos fiscais podem ser utilizados por um período de cinco anos (Nota 9).

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de Contribuição Industrial, IRPS (Impostos sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre Empresas) e IVA. (Mais detalhes são fornecidos na nota 9).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito.

Não é expectável ser apresentado um impacto material em resultado de eventuais revisões à matéria colectável.

Loações

Prazo de arrendamento

O Banco determina o prazo de arrendamento como um prazo não cancelável de arrendamento, acrescentando a opção de períodos de prorrogação caso haja acordo entre as partes ou rescisão do contrato. O Banco possui vários contratos de arrendamento que incluem extensão e rescisão. O Banco faz julgamento para avaliar se é razoável ou não exercer a opção de renovação ou rescisão do arrendamento, ou seja, considera todos os factores relevantes que criam um incentivo económico para a renovação ou rescisão. Após a data de início, o Banco reavalia as condições de arrendamento, se existe um evento significativo ou mudanças que afectam a capacidade do Banco de exercer a sua opção de renovar ou rescindir o contrato.

Taxa incremental de empréstimo

O Banco não pode deliberadamente determinar a taxa implícita do contrato de arrendamento, o Banco deve usar a taxa incremental sobre o passivo de arrendamento. Esta taxa de juro é a que o Banco teria que pagar para um empréstimo de prazo semelhante, com uma garantia similar para obter um activo de valor semelhante em um ambiente económico semelhante. O Banco estima a taxa incremental usando dados observáveis como taxas de juros de mercado.

1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios.

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo esta a moeda funcional e moeda de apresentação. As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data da transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data de balanço, as diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2022	2021
Dolar Americano	63,87	63,83
Euro	68,18	72,27
Rand Sul Africano	3,77	4,02

b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Banco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os *'inputs'* se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos e adiantamentos a clientes

Os valores de Aplicações em instituições de crédito e Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo, sendo mensurados ao custo amortizado, observando as seguintes condições:

Activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo, são mensurados ao custo amortizado de acordo com as seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos de acordo com o modelo de negócios com objectivo de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão a origem em datas específicas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida.

v) Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de putro rendimento integral

O Banco classifica instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral quando verificam-se as seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos de acordo com o modelo de negócios com objectivo de receber fluxos de caixa contratuais e vender o activo.
- Os termos contratuais do activo financeiro dão a origem em datas específicas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são subsequentemente mensurados ao justo valor com os ganhos ou perdas reconhecidos em outro rendimento integral. Juros recebidos, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos nos ganhos e perdas da mesma forma como os activos financeiros ao custo amortizado.

vi) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de taxa de juro efectiva.

c) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

i) Anulação devido a modificação substancial dos termos contratuais:

O Banco desreconhece um activo financeiro, como um empréstimo a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torna um novo empréstimo, com a diferença reconhecida como um ganho ou perda desreconhecível, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registrada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados como Stage 1 para fins de mensuração da perda esperada por imparidade, a menos que o novo empréstimo seja considerado comprado ou originou uma perda por imparidade.

O Banco considera os seguintes factores ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo ao cliente:

- Mudança na moeda do empréstimo;
- Introdução de um componente no capital;
- Alteração na contraparte;
- Se a modificação permitir que o instrumento deixe de atender ao critério da colecta de pagamentos de capital e juros do capital em dívida.

ii) Desreconhecimento que não seja por modificação substancial de activos financeiros

Um activo financeiro é desreconhecido quando expira o direito de receber fluxos de caixa. O Banco também desreconhece os activos financeiros quando ambos tiverem sido transferidos e quando se qualificarem para o seu desreconhecimento.

O Banco transfere o activo financeiro quando:

- Transfere os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa, ou
- Retém os direitos sobre os fluxos de caixa, mas assumiu a obrigação de pagar integralmente o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo de repassar.

iii) Desreconhecimento, excepto por modificação substancial de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob a responsabilidade é satisfeita, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro for substituído para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.

tancialmente diferentes, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.

d) Determinação do justo valor

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.

O Justo valor do activo ou do passivo é mensurado através do pressuposto que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade de um participante no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo da maior e melhor maneira ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar da maior e melhor maneira.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrito, baseado no mais baixo nível de componentes de preços considerados para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 — Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.
- Nível 2 — Outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.
- Nível 3 — Técnicas que utilizam os componentes do preço que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de componentes de preço que são significativos para a mensuração do justo valor como um todo).

e) Imparidade de activos financeiros

O Banco tem registado perdas esperadas para todos empréstimos incluindo garantias financeiras e outros compromissos irrevogáveis como cartas de crédito, outros activos financeiros e instrumentos de dívida não detidos ao justo valor por lucros ou prejuízos. Os instrumentos de capital não são sujeitos a imparidade de acordo com a NIRF 9.

As imparidades esperadas são baseadas nas perdas de crédito esperadas durante a vida de um activo, a menos que não tenha havido aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que, nesse caso, a imparidade é determinada na base da perda esperada de crédito para os 12 meses.

A perda de crédito esperada para 12 meses, é a parte da perda de crédito esperada para a vida inteira do activo, que representa a perda de crédito esperada resultante de possíveis incumprimentos sobre um instrumento financeiro que possam ocorrer dentro de 12 meses após a data de reporte.

Tanto a perda de crédito esperada ao longo da vida e durante os 12 meses são calculadas individualmente ou colectivamente, dependendo da natureza da carteira sub-adjacente de instrumentos financeiros.

O Banco tem um comité onde avalia se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de incumprimento durante o período remanescente do instrumento financeiro.

Com base no processo acima o Banco agrupa os empréstimos conforme descreve abaixo:

- Estágio 1- Quando as exposições não sofreram aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, o Banco reconhece a perda esperada com base em 12 meses, inclui também facilidades que foram reclassificadas do estágio 2 por terem mostrado melhorias no risco de crédito.
- Estágio 2- Quando uma exposição mostra um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas que não possui evidência objectiva de imparidade, o Banco reconhece a perda esperada com base na vida útil do instrumento financeiro. Inclui também neste estágio facilidades que foram reclassificadas do estágio 3 por terem mostrado melhorias significativas do risco de crédito.
- Estágio 3- Inclui facilidades consideradas em imparidade, o Banco reconhece perda esperada com base na vida do instrumento financeiro.
- Activos financeiros em imparidade comprados ou activos financeiros em imparidade originados são registados ao justo valor no reconhecimento inicial e os juros são subsequentemente registados a taxa de juro efectiva. As perdas esperadas são reconhecidas ou desreconhecidas a medida que haja alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas.

i) **Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do rendimento integral**

As perdas esperadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do rendimento integral, não reduzem o valor contabilístico desse activo financeiro na demonstração da posição financeira, ele, permanece ao seu justo valor. Alternativamente uma quantia igual à imparidade se o activo estivesse mensurado ao custo amortizado é reconhecida em outro rendimento integral como um valor acumulado de imparidade, com a respectiva reflexão nos lucros ou prejuízos de uma redução do valor recuperável desse activo. As perdas acumuladas reconhecidas no rendimento integral são recicladas através dos lucros ou prejuízos até o desreconhecimento desse activo.

ii) **Aquisição de activos financeiros em imparidade**

Para activos financeiros adquiridos com perda por imparidade, o Banco apenas reconhece às variações acumuladas na perda esperada de crédito ao longo da vida do activo partir do momento inicial.

iii) **Cartões de crédito e outras facilidades**

O Banco oferece uma variedade de produtos para corporate e retalho, tais como descobertos em conta e créditos em conta corrente, em que o Banco tem o direito de cancelar ou reduzir de imediato a facilidade. O Banco não limita as perdas de crédito com o período contratual, mas sim calcula de acordo com a expectativa do Banco sobre o comportamento do cliente, sua probabilidade de incumprimento e procedimentos de mitigação de risco do Banco que pode incluir a redução ou cancelamento da facilidade. Para estes instrumentos o Banco calcula a perda esperada de crédito ao longo do período em em que o Banco está exposto ao risco de crédito e a perda de imparidade esperada não será mitigada pelas acções da gestão de crédito, mesmo que esse período se estenda para além do máximo período contratual.

iv) **Informação prospectiva**

No modelo de perdas de crédito esperadas, o Banco conta com uma variedade de informações prospectivas, relacionadas com *inputs* económicos tais como:

- Crescimento do PIB
- Taxas de desemprego
- Taxas de referência do Banco Central
- Mercado imobiliário

Estes pressupostos usados para calcular as perdas de crédito esperadas nem sempre captam todas as características de mercado na data

das demonstrações financeiras, para reflectir esta possibilidade, ajustes ou sobreposições qualitativas são ocasionalmente feitas quando estas diferenças são materialmente significativas.

v) **Avaliação de colaterais**

O Banco procura utilizar colaterais, sempre que possível, para mitigar o risco nas demonstrações financeiras. Os colaterais apresentam-se de diversas formas, tais como depósitos à ordem, carteiras de títulos, cartas de crédito/garantias, hipotecas, recebimentos, inventários, outros activos não financeiros e avales. O justo valor do colateral é determinado, no mínimo, no início e com base no cronograma de relatórios trimestrais do Banco, no entanto, algumas garantias, por exemplo, depósitos à ordem ou títulos relativos aos requisitos de margem, é avaliado diariamente.

Sempre que possível, o Banco utiliza dados activos do mercado para avaliar os activos financeiros, detidos como garantias. Os outros activos financeiros que não têm um valor de mercado activo são avaliados por via de modelos de avaliação. As garantias não financeiras, como hipotecas, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, tais como correctores de hipotecas, os índices de preços da habitação, as demonstrações financeiras auditadas, e outras fontes independentes.

vi) **Abates**

Os activos financeiros são abatidos totalmente ou parcialmente apenas quando se torna impossível a sua recuperação. Se o montante a ser abatido estiver acima do valor da imparidade acumulada, a diferença é primeiro acrescida à imparidade que é aplicada sobre o valor contabilístico bruto. As recuperações subsequentes de montantes abatidos são reconhecidas como dedução do gasto por perda da imparidade de crédito na demonstração de resultados.

f) **Colaterais readquiridos**

A política do Banco é determinar se é preferível proceder à utilização interna de um activo readquirido ou se este deve ser alienado. Os activos cuja decisão seja a utilização interna são transferidos para a respectiva categoria de activo ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o valor original. Os activos cuja decisão seja a alienação são transferidos para activos não correntes detidos para venda e mensurados ao justo valor menos os custos de venda à data da reintegração, de acordo com a política do Banco.

g) **Compensação de instrumentos financeiros**

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço, se apenas existir um direito jurídico vinculativo que obrigue as entidades a reconhecer os valores e se existe intenção de compensar numa base líquida, ou de realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

h) **Garantias financeiras**

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias e avales. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras ao justo valor, sendo o prémio recebido.

Em termos de mensuração subsequente, a responsabilidade do Banco relativa a cada garantia é mensurada ao valor mais alto entre o montante inicialmente reconhecido menos amortizações acumuladas reconhecidas na demonstração de resultados de acordo com a IFRS 15.

i) **Reclassificação de activos e passivos financeiro**

O Banco não reclassifica os seus activos financeiros após o reconhecimento inicial, fora em casos ou circunstâncias que o Banco adquira, dispõem de, ou termina uma linha de negócio. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

j) **Reconhecimento de rédito e gasto**

O Banco reconhece o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a retribuição que o Banco espera receber em troca de tais bens ou serviços.

i) **Juros e gastos similares**

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e juros dos instrumentos financeiros classificados ao justo valor, o juro ou o gasto é registado com base na taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período

mais curto que não se encontram em imparidade.

Quando um activo financeiro se torna em imparidade e é, portanto, considerado no “Estágio 3”, o Banco calcula o rédito de juros aplicando a taxa de juros efectiva ao custo amortizado do activo financeiro líquido. Se os activos financeiros curarem e não estiverem mais em imparidade, o Banco reverte para o rédito de juros brutos.

ii) **Rendimentos provenientes de serviços e comissões**

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

- **Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo**

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão das Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

- **Comissões cobradas pela prestação de serviços.**

Resultam da prestação de serviços, sendo o seu reconhecimento efectuado quando o serviço está concluído.

iii) **Rendimento líquido em operações financeiras**

Os rendimentos líquidos em operações financeiras incluem os ganhos e as perdas decorrentes de transações em moeda estrangeira e conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira.

k) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

l) **Activos tangíveis**

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

O direito de uso do activo é apresentado na linha dos activos tangíveis na demonstração da posição financeira, a política de locações é apresentada no parágrafo q) Contratos de locação

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de depreciação são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Edifícios arrendados	25 – 40 (limitados aos termos dos contratos)
Equipamento	3 – 10
Viaturas	4

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em “outros rendimentos operacionais” ou “outros gastos operacionais” na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

m) **Activos intangíveis**

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças), desenvolvimentos adicionais feitos ao software e projectos em progresso feitos ao software, estes estão relacionados com pesquisas ou projectos de desenvolvimento adquiridos separadamente e reconhecidos como intangíveis. O software adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e menos eventuais

perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 4 anos.

Um item do activo intangível é desreconhecido após alienação ou quando não se espera benefícios económicos futuros resultantes do seu uso ou alienação.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico do activo) é reconhecido em «Outros proveitos operacionais» ou «Outros gastos operacionais» no resultado do exercício, no ano em que o activo é desreconhecido.

n) **Propriedades de Investimentos**

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas pelo custo, incluindo os custos da transacção. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo justo valor, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no justo valor de propriedades de investimento são incluídos no resultado do período em que ocorrem, incluindo o efeito fiscal correspondente. O justo valor é determinado com base em uma avaliação anual realizada por um avaliador independente externo credenciado, aplicando um modelo de avaliação recomendado pelo “International Valuation Standards Committee”.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando são alienadas ou quando são retirados de uso e quando não se espera nenhum benefício económico futuro após a sua alienação. A diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contabilístico do activo é reconhecido em lucros ou perdas do período.

As transferências são feitas para (ou/de) propriedade de investimento somente quando há uma alteração no uso. Para uma transferência de uma propriedade de investimento para uma propriedade ocupada pelo proprietário, o custo considerado para a contabilização subsequente é o justo valor na data da alteração de uso. Se a propriedade de investimento se torna propriedade ocupada pelo proprietário, o Banco contabiliza tal propriedade de acordo com a política dos Activos tangíveis

o) **Imparidade de activos não financeiros**

O Banco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, (ou unidade geradora de caixa) o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações actuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos os custos de alienação, transacções recentes de mercado são consideradas. Se tais transacções não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

Para activos excluindo o *goodwill*, é efectuada uma avaliação em cada data do balanço para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Banco estima o valor recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por imparidade previamente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nos pressupostos utilizados para determinar a quantia recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contabilístico do activo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contabilístico que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida a perda no valor recuperável do activo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado.

p) **Impostos**

i) **Impostos correntes**

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

ii) **Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do *goodwill* ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício

e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

q) **Contratos de locação**

O Banco avalia se um contrato contém operações de locação, ou seja se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo por um período de tempo em troca de benefícios.

Locações operacionais – Banco como locatário

O Banco aplica o mesmo princípio para o reconhecimento e mensuração de todos contratos que contém locação, exceptuando os de curto prazo e os de baixo custo. O Banco reconhece o passivo de locação para fazer os pagamentos e o direito de uso do activo representa o direito que o Banco tem de usar o activo subjacente.

Direito de uso do activo

O Banco reconhece o direito de uso do activo no início da locação, ou seja a data em que o activo subjacente está disponível para o uso. Os activos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada, perdas de imparidade e qualquer remensuração do passivo de arrendamento. O custo do direito de uso do activo inclui o valor dos passivos de locação, custos directos iniciais incorridos, os pagamentos das rendas feitas antes da data do início e são deduzidos os incentivos recebidos. O direito de uso do activo é depreciado pelo método linear ao longo do prazo contratual.

O direito de uso do activo é apresentado na nota de activos tangíveis e direito de uso do activo na posição financeira e estão sujeitos a testes de imparidade de acordo com a política do Banco. O direito de uso é composto por três agências e o tempo médio do contrato de arrendamento é de seis anos.

Passivo de locação

Na data do início do contrato o Banco reconhece o passivo de locação mensurado ao valor presente dos pagamentos das rendas a serem efectuadas durante o prazo do contrato. Os pagamentos da renda incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos a receber), pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa e valores que sirvam de garantias do valor residual. Os pagamentos das rendas também incluem o preço da opção de compra e pagamento de multas pela rescisão do contrato, se as condições do contrato reflectirem a opção de terminar. Os pagamentos variáveis dos contratos de locação que não dependam de um indexante ou taxa, são reconhecidos como custos no período em que o evento ocorreu.

O passivo de locação está apresentado em outros passivos na posição financeira.

r) **Dividendos sobre acções ordinárias**

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovadas pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados quando não estão mais à disposição do Banco.

s) **Normas emitidas, mas não efectivas**

As normas e interpretações que foram emitidas, mas que não são efectivas até à data de emissão das demonstrações financeiras do Banco, estão divulgadas de seguida. O Banco cumprirá as seguintes novas normas e interpretações a partir da data de entrada em vigor estabelecida.

NIRF 17 (nova e alteração), ‘Contratos de seguro’

Esta nova norma substitui a NIRF 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da NIRF 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não- seguro. De acordo com a NIRF 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos:

- i) Contratos que são onerosos no reconhecimento inicial;
- ii) Contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e
- iii) Restantes contratos em carteira.

A NIRF 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos actualizados que reflectam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A NIRF 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A NIRF 17 prevê três métodos de mensuração

para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro:

- i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”);
- ii) A abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e
- iii) A abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

A emenda é de aplicação retrospectiva, com início em ou após 1 de Janeiro de 2023 e não terá nenhum impacto nas Demonstrações Financeiras do Banco.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (emendas)

"Classificação de passivos como correntes ou não correntes" Esta alteração introduzida à norma clarifica a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de deferir o seu pagamento, no final de cada período de relato financeiro. A classificação dos passivos não é afectada pelas expectativas da entidade, ou por acontecimentos após a data de balanço, como seja o incumprimento de um dado acordo. A emenda é de aplicação retrospectiva e com início em ou após 1 de Janeiro de 2023. O Banco continua a avaliar o impacto da adopção dessa emenda.

IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras (Emendas) – ‘Divulgação de políticas contabilísticas’

A alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas que passam a ser baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, quando a sua ausência ou omissão, não permitem que os utilizadores das demonstrações financeiras compreendam outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. Esta alteração é de aplicação para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2023. O Banco continua a avaliar o impacto da adopção dessa emenda.

IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento (Emendas) – Imposto diferido relacionados com activos e passivos decorrentes a uma transacção única

As alterações esclarecem que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao activo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do activo ou do passivo.

De acordo com estas alterações, a excepção do reconhecimento inicial não é aplicável às transacções que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, sendo apenas aplicável se o reconhecimento de uma locação activa e passiva derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais. Esta emenda é de aplicação obrigatória em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2023. O Banco continua a avaliar o impacto da adopção dessa emenda.

IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros (Emendas) – ‘Divulgação de estimativas contabilísticas’

Esta alteração introduziu a definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objectivo(s) de uma política contabilística. Esta emenda é de aplicação obrigatória em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2023. O Banco continua a avaliar o impacto da adopção dessa emenda.

2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

a) Novas normas e alterações das normas e interpretações

O Banco não adoptou nenhuma nova norma, interpretação ou alteração, porque estas não tem nenhum impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

3. Margem financeira

Os juros líquidos apresentam-se como segue:

	2022	2021
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	781 732 711	766 398 901
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	869 323 522	519 820 620
Juros de instrumentos de dívida ao custo amortizado	38 028 252	30 403 091
	<u>1 689 084 485</u>	<u>1 316 622 612</u>
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes	428 422 279	420 904 001
Juros de empréstimos no mercado monetário interbancário	62 017 215	54 126 436
Juros de passivos de locação	5 330 302	5 902 920
	<u>495 769 795</u>	<u>480 933 357</u>
	<u>1 193 314 690</u>	<u>835 689 255</u>

De um modo geral, o crescimento da margem de juros deve-se ao incremento das taxas de juros no mercado, incluindo a prime lending rate do sistema financeiro.

Os juros de empréstimos e adiantamento a clientes também aumentaram em resultado do incremento das taxas de juro no mercado, embora a carteira de crédito tenha apresentado uma redução no final do ano, mas observou um volume médio elevado ao longo do ano.

Os juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito tiveram um aumento significativo em resultado do incremento das taxas de juro no mercado e do volume médio das aplicações mais elevado ao longo do ano comparativamente ao ano 2021.

Os juros de instrumentos de dívida ao custo amortizado observam um incremento devido ao aumento das taxas de juro. O ligeiro aumento de juros de recursos de clientes esta diretamente associado ao aumento das taxas de juros (numa proporção inferior ao aumento das taxas de juros de crédito) e à redução da carteira de depósitos.

4. Rendimento líquido de comissões e serviços

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2022	2021
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas e cartas de crédito	92 249 767	116 485 748
Por serviços bancários realizados	120 226 171	113 337 006
Outros rendimentos de serviços e comissões	979 462	2 134 246
	<u>213 455 400</u>	<u>231 957 000</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	25 887 238	31 028 629
VISA e Mastercard	32 290 532	24 972 564
Outros encargos com serviços e comissões	7 483 671	7 074 065
	<u>65 661 441</u>	<u>63 075 259</u>
	<u>147 793 959</u>	<u>168 881 741</u>

A rubrica de rendimento líquido de comissões foi influenciada pelos seguintes pontos:

Garantias prestadas e cartas de crédito - O Banco aumentou o volume de transacções de cartas de crédito, tendo recebido de comissões 56.654.110,08 Meticais (2021: 47.573.140,13 Meticais), decréscimo no volume em garantias bancárias tendo recebido de comissões 35.595.656,99 Meticais (2021: 68.912.608,15 Meticais).

Serviços bancários realizados - Foram maioritariamente influenciados pelas comissões das transferências de fundos 40.990.222,28 Meticais (2021: 43.853.799,2 Meticais).

Encargos com serviços e comissões - Foram influenciados por serviços prestados pela VISA e Mastercard e Garantias Bancárias recebidas para cobertura de riscos de concentração de crédito.

5. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas referem-se a ganhos cambiais.

	2022	2021
Ganhos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	483 577 369	3 885 794 541
	<u>483 577 369</u>	<u>3 885 794 541</u>
Perdas financeiras		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	61 412 211	3 514 552 455
	<u>61 412 211</u>	<u>3 514 552 455</u>
Ganho financeiro líquido	<u>422 165 158</u>	<u>371 242 086</u>

6. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal apresenta-se como segue:

	2022	2021
Remunerações dos colaboradores	404 269 346	371 520 743
Segurança social	12 939 861	11 147 445
	<u>417 209 206</u>	<u>382 668 188</u>

7. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2022	2021
Água, energia e combustíveis	4 234 266	3 632 576
Consumíveis	19 653 498	18 339 711
Rendas e alugueres	6 058 257	2 088 195
Comunicações	50 401 834	57 762 548
Despesas de deslocação e representação	27 189 456	8 008 008
Despesas de marketing	23 035 890	11 565 642
Avenças, honorários e serviços especializados	156 927 681	84 766 498
Manutenção e reparação	125 678 025	121 834 094
Seguros	16 314 415	12 060 524
Serviços judiciais contencioso e notariado	112 672	29 220
Segurança	8 441 463	9 064 412
Despesas de formação	3 140 933	2 411 351
Multas e outras penalidades	310 905	80 000
Taxas e licenças	1 764 725	1 558 804
Outras despesas	8 745 715	3 825 507
	452 009 735	337 027 089

Os outros gastos operacionais foram influenciados pelas seguintes rubricas:

Rendas e alugueres corresponde a renda de curto prazo referente a um espaço para o data center e instalações para consultores da Software Group, no âmbito da resolução das anomalias verificadas no core banking system.

Comunicações em 2022 foram influenciadas pela redução significativa de linhas de dados 33.541.565,40 Meticais (2021: 40.593.275,95 Meticais), devido ao cancelamento do trabalho remoto.

Despesas de deslocação e representação, bem como as despesas de marketing incrementaram devido a retoma das viagens e programas que devido a pandemia foram cancelados durante as restrições verificadas em 2021 e 2020.

Avenças, honorários e serviços especializados foram influenciados pelos serviços especializados de gestão do grupo 118.275.626,18 Meticais e no ano de (2021: 70.096.434,42 Meticais), e Auditoria e consultoria especializada 22.360.851 Meticais (2021: 7.659.047 Meticais).

Manutenção e reparação foram influenciados pelo aumento dos serviços de manutenção de software 41.793.172,21 Meticais (2021:37.043.092,44 Meticais), assistência técnica na área de cartões 6.426.386,55 Meticais (2021: 6.444.412,22 Meticais) e pelo incremento dos custos de manutenção da assistência técnica na área de informática 41.793.172,21 Meticais (2021: 37.198.235,08 Meticais).

8. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2022	2021
Reavaliação de imóveis (Nota 17)	(826 500)	8 526 700
Subarrendamento de escritórios	9 295 082	12 421 873
Outras reversões	26 698 125	10 572 430
Perdas/ Ganhos operacionais	(59 693 445)	(2 941 568)
	(24 526 738)	28 579 434

O Banco reconheceu em perdas operacionais de forma prudente, as perdas resultantes de fraudes de cartões no montante de (58.202.047 Meticais), pese embora exista um seguro e o processo de reinvidicação esteja em curso. A redução no subarrendamento de escritórios deve-se ao vencimento do contrato. A conta de outras reversões inclui ganhos reconhecidos no montante de 19.550.000 Meticais resultante do processo de análise e regularização de saldos (de contas de regularização) gerados em consequência dos problemas no sistema informático do Banco.

A redução no Justo Valor dos investimentos em propriedades é resultante da reavaliação dos imóveis em 2022 contrariamente ao resultante positivo de 2021.

9. Impostos sobre rendimentos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2022	2021
Imposto corrente (taxa liberatória)	160 523 060	92 104 152
	160 523 060	92 104 152

9.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto sobre o rendimento é analisada como segue:

	2022		2021	
	Taxa de Imposto	Valor	Taxa de Imposto	Valor
Resultado antes de imposto *		524 893 994		110 736 824
Imposto a pagar à taxa nominal	32,00%	167 966 078	32,00%	35 435 784
Correcções fiscais:				
Gastos não dedutíveis	19,55%	102 634 093	256,63%	284 181 373
Rendimentos não tributáveis	-49,29%	(258 705 312)	-311,72%	(345 192 429)
Prejuízos fiscais disponíveis para períodos futuros	0,00%	-	23,10%	25 575 272
Utilização de prejuízos fiscais de períodos anteriores	-2,27%	(11 894 859)	0,00%	-
Imposto corrente	0,00%	-	0,00%	-

Os gastos não dedutíveis estão relacionados com o imposto retido na fonte sobre operações com o mercado monetário interbancário (cedências e bilhetes de tesouro).

* Lucro/(prejuízo) antes do imposto e depois da retenção na fonte.

9.2 Imposto diferido

A tabela a seguir mostra o imposto diferido reconhecimento na demonstração da posição financeira e as alterações reconhecidas em gastos com imposto:

	2021	Demonstração de resultados		2022
		Gastos	Rendimentos	
Activos por imposto diferido				
Prejuízos fiscais	76 246 073	-	(264 480)	75 981 593
	76 246 073	-	(264 480)	75 981 593
Passivos por imposto diferido				
Reavaliação de propriedades de investimento	(76 246 073)	264 480	-	(75 981 593)
	(76 246 073)	264 480	-	(75 981 593)

A reconciliação dos activos por impostos diferidos resultantes de prejuízos fiscais é analisada como segue:

	2022	2021
Impostos diferidos dos anos anteriores	223 276 987	277 696 798
Imposto diferido expirado	(120 955 544)	(24 963 121)
Imposto diferido do período	-	8 184 087
Correcções fiscais	-	(37 640 777)
Utilização	(11 894 859)	
Impostos diferidos líquidos disponíveis para utilizar em períodos futuros	90 426 584	223 276 987

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais expiram após 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de Dezembro de 2022, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

Ano de origem	Ano fim	Prejuízos fiscais	Tributação
2017	2022	415 157 509	132 850 403
2018	2023	141 531 593	45 290 110
2019	2024	31 578 038	10 104 972
2020	2025	83 898 172	26 847 415
2021	2026	25 575 272	8 184 087
		282 583 074	90 426 584

Os activos por impostos diferidos potenciais resultantes de prejuízos fiscais, no montante de 90,426,584 Meticais, não foram objecto de reconhecimento integral, em resultado do Conselho de Administração considerar não estarem reunidas as condições da IAS 12 para o efeito.

10. Caixa e Disponibilidades no Banco Central

A rubrica de Caixa e Disponibilidades no Banco Central é analisada como segue:

	2022	2021
Caixa	108 432 443	83 428 384
Banco de Moçambique	1 172 114 002	1 954 226 326
	1 280 546 445	2 037 654 711

Parte dos saldos existentes junto do Banco de Moçambique, estão em conformidade com as exigências do Banco Central para constituição de reservas obrigatórias. O montante da reserva mínima obrigatória para o exercício de 2022 foi de 1.052.669.636 Meticais (2021: 1.323.301.545 Meticais), sendo que a variação negativa é resultado da redução da média dos depósitos em Moeda local e externa.

11. Disponibilidades em instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2022	2021
Bancos estrangeiros	1 731 260 493	2 215 310 934
Bancos locais	88 203 559	165 973 791
	1 819 464 053	2 381 284 726

O Banco possui contas junto do SG Paris, SG New York e Mauritius Commercial Bank, onde o Banco efectua suas operações com o estrangeiro, nomeadamente transferências, pagamentos e outras operações.

12. Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2022	2021
Depósitos no Banco de Moçambique	3 634 174 196	3 803 746 760
	3 634 174 196	3 803 746 760

A rubrica Depósitos no Banco de Moçambique representa aplicações de muito curto prazo no Banco de Moçambique, a uma taxa de juro efectiva de 14,25% para FPD e 17,29% para reverse repo, com vencimento em 03 de Janeiro de 2023 e 04 de Janeiro de 2023 respectivamente. (2021: Representa aplicações de muito curto prazo a uma taxa de juro efectiva de 10,25% e 13,29% para reverse repo, com vencimento em 03 e 05 de Janeiro de 2022).

13. Instrumentos de dívida ao custo amortizado

As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2022			2021		
	Valor de aquisição	Efeito justo valor	Justo valor	Valor de aquisição	Efeito justo valor	Justo valor
Obrigações e outros títulos de rendimento						
Bilhetes de tesouro						
Saldo inicial	295 746 201	-	295 746 201	296 683 736	-	296 683 736
Aquisições	10 994 160	-	10 994 160	1 182 432 984	-	1 182 432 984
Alienações/reembolsos	(11 935 875)	-	(11 935 875)	(1 183 370 519)	-	(1 183 370 519)
Imparidades	-	-	-	-	-	-
	294 804 486	-	294 804 486	295 746 201	-	295 746 201

O Banco possui em carteira bilhetes de tesouro, com taxas remuneratórias de 13,39% e 13,40% com vencimento a 04 de Janeiro de 2023, e 15,41% e 15,42% com vencimento a 07 de Março 2023.

14. Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral

As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2022			2021		
	Valor de aquisição	Efeito justo valor	Justo valor	Valor de aquisição	Efeito justo valor	Justo valor
Acções e outros títulos de rendimento variável						
Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)						
Saldo inicial	31 005 002	-	31 005 002	31 005 002	-	31 005 002
	31 005 002	-	31 005 002	31 005 002	-	31 005 002

O Banco regista nesta rubrica as acções da SIMO e classifica no nível 3, outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor e é efectuado com informação.

observável, quer directa, quer indirectamente. Este investimento encontra-se registado ao custo e em referência a 31 de Dezembro de 2022 não existia nenhuma evidência de imparidade.

15. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

	2022	2021
Empréstimo a clientes	6 096 799 132	6 602 701 062
Juros a receber	54 801 044	43 142 383
	6 151 600 176	6 645 843 446
Imparidade acumulada estágio 1	(117 506 953)	(132 899 195)
Imparidade acumulada estágio 2	(152 473 852)	(142 468 350)
Imparidade acumulada estágio 3	(410 364 331)	(496 482 582)
	5 471 255 041	5 873 993 319

As tabelas abaixo mostram a qualidade do risco de crédito baseada na classificação interna do Banco, os valores apresentados

Qualidade de risco de crédito	2022			
	Estágio 1 individual	Estágio 2 individual	Estágio 3	Total
Vencido	4 359 935 682	71 759 708	912 429 987	5 344 125 376
"High grade"	-	-	-	-
"Standard grade"	-	-	-	-
"Sub-standard grade"	4 294 399 013	26 283 029	844 662 712	5 165 344 753
Vencido mas sem imparidade	65 536 669	45 476 679	67 767 275	178 780 623
Vencido	84 680	304 293 267	503 096 853	807 474 800
Imparidade individual	84 680	304 293 267	503 096 853	807 474 800
Total	4 360 020 361	376 052 975	1 415 526 840	6 151 600 176

Qualidade de risco de crédito	2021			
	Estágio 1 individual	Estágio 2 individual	Estágio 3	Total
Vencido	4 754 478 445	26 646 455	385 369 696	5 166 494 596
"High grade"	-	-	-	-
"Standard grade"	-	-	-	-
"Sub-standard grade"	4 754 478 445	26 646 455	385 369 696	5 166 494 596
Vencido mas sem imparidade	-	-	-	-
Vencido	-	-	1 479 348 850	1 479 348 850
Imparidade individual	-	-	1 479 348 850	1 479 348 850
Total	4 754 478 445	26 646 455	1 864 718 545	6 645 843 446

A imparidade acumulada para crédito a clientes é como segue:

	2022			
	Estágio 1 individual	Estágio 2 individual	Estágio 3	Total
Saldo a 1 Janeiro 2022	132 899 195	142 468 350	496 482 582	771 850 127
Imparidade de novos activos originados ou comprados	99 297 930	65 395 516	312 758 311	477 451 758
Imparidade de activos desconhecidos ou reembolsados (excluindo abates)	(114 690 172)	(55 390 015)	(242 211 923)	(412 292 110)
Abates	-	-	(156 664 640)	(156 664 640)
Saldo a 31 Dezembro 2022	117 506 953	152 473 852	410 364 331	680 345 135

	2021			
	Estágio 1 individual	Estágio 2 individual	Estágio 3	Total
Saldo a 1 Janeiro 2021	125 668 408	115 205 058	347 155 721	588 029 186
Imparidade de novos activos originados ou comprados	115 961 045	238 400 191	748 895 029	1 103 256 266
Imparidade de activos desconhecidos ou reembolsados (excluindo abates)	(147 735 277)	(389 100 862)	(265 954 444)	(802 790 583)
Transferência para estágio 2	39 005 019	177 963 964	(216 968 983)	-
Abates	-	-	(116 644 742)	(116 644 742)
Saldo a 31 Dezembro 2021	132 899 195	142 468 350	496 482 582	771 850 127

A tabela abaixo demonstra o movimento nos resultados das imparidades e respectivas reversões.

	2022	2021
Saldo de abertura	771 850 127	588 029 186
Perdas por imparidade de crédito	468 706 432	726 182 686
Reversão de perdas por imparidade de crédito	(403 546 784)	(425 717 003)
Abates	(156 664 640)	(116 644 742)
Regularizações		
Saldo final	680 345 135	771 850 127

16. Outros activos

Outros activos apresentam-se como segue:

Outros activos

	2022	2021
Acréscimos	33 373 992	34 559 024
Outros valores a receber	3 752 250	5 608 652
Contas de compensação	-	30 201 592
	37 126 242	70 369 267

17. Propriedade de investimentos

As propriedades de investimentos podem ser analisadas como segue:

	2022	2021
Saldo a 1 de Janeiro	259 263 000	250 736 300
Ganhos líquidos da mensuração do justo valor (Nota 8)	(826 500)	8 526 700
	258 436 500	259 263 000

As propriedades de investimento do Banco consistem em duas propriedades em Maputo. O Conselho de Administração determinou que as propriedades de investimento consistem em duas classes de activos - Comercial e de escritório e Casa, com base na natureza, características e riscos de cada propriedade.

Em 31 de Dezembro de 2022, o justo valor dos imóveis foi baseado em avaliações realizadas pela Moz Valuers, um avaliador independente credenciado. A Moz valuers é especialista em valorizar esses tipos de propriedades de investimento.

O modelo de avaliação está de acordo com o recomendado pelo International Valuation Standards Committee.

Descrição das técnicas de avaliação utilizadas e principais métodos para avaliação das propriedades de investimento:

	Técnica de avaliação	Prosperção do mercado	Valor médio estimado	
			2022	2021
Propriedade 1	Critério de custos e critério de comparação de mercado	Custo estimado por metro quadrado	MZN150.000-MZN200.000	MZN150.000-MZN200.000
Propriedade 2	Critério de custos e critério de comparação de mercado	Custo estimado por metro quadrado	MZN150.000-MZN200.000	MZN150.000-MZN200.000



**O FUTURO,
LADO A LADO**

18. Activos tangíveis

O movimento nos activos tangíveis apresenta-se como segue:

	Edifícios	Obras em edifícios arrendados	Equipamento	Viaturas	Investimentos em curso	Direito de uso do activo	
						Edifícios	Total
Custo:							
1 de Janeiro de 2021	814 655 104	24 114 551	232 916 898	48 646 359	13 930 508	59 106 465	1 193 369 885
Adições	-	-	32 260 568	6 800 000	5 790 757	-	44 851 326
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	13 649 240	-	(13 649 240)	-	-
31 de Dezembro de 2021	814 655 104	24 114 551	278 826 707	55 446 359	6 072 025	59 106 465	1 238 221 211
Adições	-	-	17 720 720	8 448 000	21 786 970	10 935 833	58 891 522
Abates	-	-	-	(4 213 500)	-	-	(4 213 500)
Transferências	-	-	5 790 757	-	(5 790 757)	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2022	814 655 104	24 114 551	302 338 184	59 680 859	22 068 237	70 042 298	1 292 899 233
Depreciações e imparidades acumuladas							
1 de Janeiro de 2021	58 455 955	2 398 084	143 099 751	18 810 874	-	13 103 580	235 868 244
Depreciação do exercício	16 084 584	2 411 455	28 688 024	9 005 523	-	7 814 207	64 003 793
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de Activos	-	-	-	-	2 356 120	-	2 356 120
31 de Dezembro de 2021	74 540 539	4 809 539	171 787 775	27 816 397	2 356 120	20 917 787	302 228 157
Depreciação do exercício	16 084 584	2 411 455	28 314 110	9 300 904	-	7 759 519	63 870 572
Abates	-	-	-	(4 213 500)	-	-	(4 213 500)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de Activos	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de Imparidade de Activos	-	-	-	-	(51 220)	-	(51 220)
31 de Dezembro de 2022	90 625 123	7 220 994	200 101 885	32 903 801	2 304 900	28 677 306	361 834 009
Valor líquido contabilístico							
31 de Dezembro de 2021	740 114 565	19 305 012	107 038 932	27 629 962	3 715 905	38 188 678	935 993 054
31 de Dezembro de 2022	724 029 981	16 893 557	102 236 299	26 777 058	19 763 337	41 364 992	931 065 224

As adições em equipamentos referem-se a aquisições de equipamentos no âmbito da melhoria das infraestruturas do Banco, a saber: móveis, computadores e outros equipamentos de informática. Os investimentos em curso referem-se a equipamentos tecnológico em processo de aquisição.

19. Activos intangíveis

O movimento nos activos intangíveis apresenta-se como segue:

	Software	Software em curso	Total
Custo:			
1 de Janeiro de 2021	298 437 433	9 257 811	307 695 245
Adições	1 919 594	4 448 987	6 368 581
Abates	-	-	-
Transferências	6 383 445	(6 383 445)	-
31 de Dezembro de 2021	306 740 472	7 323 354	314 063 828
Adições	1 905 017	5 966 305	7 871 323
Transferências	3 974 700	(3 974 700)	-
31 de Dezembro de 2022	312 620 189	9 314 959	321 935 151
Amortizações e imparidades acumuladas			
1 de Janeiro de 2021	279 399 077	-	279 399 077
Amortização do exercício	18 539 577	-	18 539 577
Imparidade	4 257 505	-	4 257 505
31 de Dezembro de 2021	302 196 159	-	302 196 159
Amortização do exercício	15 135 714	-	15 135 714
Imparidade	1 703 451	-	1 703 451
31 de Dezembro de 2022	319 035 324	-	319 035 324
Valor líquido contabilístico			
31 de Dezembro de 2021	4 544 313	7 323 354	11 867 669
31 de Dezembro de 2022	(6 415 135)	9 314 959	2 899 827

Em virtude do rompimento do Software em Outubro de 2021, a Administração do Banco tomou a decisão de criar imparidades do mesmo.

20. Activos por impostos correntes

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2022	2021
Pagamentos por conta IRPC	21 417 154	21 417 154
Pagamento especial por conta	610 000	510 000
	22 027 154	21 927 154

21. Recursos de instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2022	2021
Empréstimos com Banco Central	341 673 409	450 249 841
Descobertos em depósito à ordem	201 276 215	3 798 740
Depósitos a prazo	137 329 671	234 295 579
	680 279 296	688 344 159

Os empréstimos com Banco Central no valor de 341.673.409,00 MZN (financiado pela KFW direccionado ao sector agrícola e MPME's) com a taxa de 7,5% e 7,75% respectivamente, com vencimento a 20 de Junho de 2023, o montante de 201.276.215 Meticais (ZAR 58.000.000) referente a um descoberto temporário com SG Paris e os depósitos a prazo que representam o empréstimo de curto prazo em moeda estrangeira, com o SG Paris no montante de EUR 2.000.000, à taxa de 128% (taxa de juro agravada devido ao perfil de risco do País - efeito RAROC), com o prazo de vencimento a 03 de Janeiro de 2023.

22. Depósitos de clientes

A rubrica de depósitos de clientes é analisada como segue:

	2022	2021
Depósitos à ordem	7 806 860 550	8 715 763 540
Depósitos a prazo	2 244 930 161	3 978 069 921
	10 051 790 711	12 693 833 461

Os depósitos à ordem incluem essencialmente contas correntes de clientes a taxas de juro marginais. Os depósitos a prazo apresentam taxas de juros entre 5% e 14% para moeda nacional e 0,1% e 2,75% para moeda estrangeira com a maturidade até 12 meses.

23. Provisões

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2022	2021
Provisões para garantias e compromissos	68 588 403	53 912 792
Outras provisões	74 212 036	50 594 739
	142 800 440	104 507 531

A análise de movimentos apresenta-se como segue:

	2022	2021
Contas a pagar		
MCB Mauritius	58 847 849	40 711 456
Plano de Saúde	20 722	-
Acréscimos de gastos	158 252 590	54 839 120
Impostos	23 911 630	41 334 524
Depósitos caução	64 872 360	33 372 814
Contas a regularizar	10 221 612	2 462 409
Outros	14 126 338	15 096 063
Passivo de locação	43 781 317	39 344 012
	374 034 418	227 160 399

Garantias, créditos documentários e compromissos

O Banco possui compromissos irrevogáveis e passivos contingentes como parte do negócio normal do Banco com vista a atender as necessidades financeiras dos clientes. Estes normalmente são constituídos por garantias financeiras, cartas de crédito e compromissos de empréstimos. Estas operações não são reconhecidas na posição financeira do Banco, mas contém risco de crédito, por isso fazem parte dos riscos gerais do Banco.

Risco Operacional

Em 2021 o Banco registou uma provisão resultante da interrupção do core banking system (CBS) que originaram movimentos contabilísticos desiguais. Esta provisão destina-se a cobrir eventuais encargos que o Banco venha a incorrer para com os clientes e outras entidades, em resultado das falhas ocorridas nos sistemas.

Litígio

O Banco tem alguns processos em litígio, relacionados com processos bancários que o Banco espera ter os processos concluídos em 2023.

Outros

Inclui provisões para riscos gerais bancários relacionados com transacções em disputa que o Banco espera que os processos sejam encerrados no próximo ano.

24. Outros passivos

	2022	2021
Contas a pagar		
MCB Mauritius	58 847 849	40 711 456
Plano de Saúde	20 722	-
Acréscimos de gastos	158 252 590	54 839 120
Impostos	23 911 630	41 334 524
Depósitos caução	64 872 360	33 372 814
Contas a regularizar	10 221 612	2 462 409
Outros	14 126 338	15 096 063
Passivo de locação	43 781 317	39 344 012
	374 034 418	227 160 399

A rubrica outros passivos compreende passivos de curto prazo e sem juros. Os acréscimos de gastos incluem bónus a pagar no valor de 19.000.000,00 Meticais (2021: 17.776.000,00 Meticais), custos referentes a serviços prestados pelo grupo no valor de 81.573.337,97 Meticais (2021:4.981.018,18 de Meticais). As contas a regularizar incluem contas de ordens de pagamento emitidas e compensação de cartões.

25. Capital social

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% do capital social
2022				
Accionistas				
Societe Generale	17 206 799	100	1 720 679 900	65,000%
MCB, Ltd	9 265 200	100	926 520 000	35,000%
Alexandre Maymat	1	100	100	0,000%
	26 472 000		2 647 200 000	100,00%
2021				
Accionistas				
Societe Generale	17 206 799	100	1 720 679 900	65,000%
MCB, Ltd	9 265 200	100	926 520 000	35,000%
Alexandre Maymat	1	100	100	0,000%
	26 472 000		2 647 200 000	100,00%

	2022	2021
Prémio de emissão	13 790 314	13 790 314
	13 790 314	13 790 314

26. Reservas

As reservas apresentam-se como segue:

	2022	2021
Reserva Legal	107 827 929	107 827 929
	107 827 929	107 827 929

Nos termos da legislação de Moçambique (em vigor em 31 de Dezembro de 2022), o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal nas seguintes proporções:

- a) 30%, quando as reservas constituídas forem inferiores ao capital realizado.
- b) 15%, quando as reservas constituídas forem iguais ou superiores ao capital realizado.

A reserva não pode ser distribuída, mas sim pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital. A reserva relativa ao lucro de 2021, não foi constituída, pois aguarda aprovação das contas pelo Banco de Moçam

27. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2022	2021
Depreciações e amortizações (nota 18,19)	(79 006 286)	(82 543 371)
Imparidade de crédito (nota 15)	(65 159 648)	(300 465 683)
Reavaliação de propriedades de investimento (nota 17)	(826 500)	8 526 700
Provisões	38 292 908	92 233 585
	(106 699 526)	(282 248 768)

28. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros apresenta-se como segue:

2022	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e contas a receber ao custo amortizado	Total
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	1 280 546 445	1 280 546 445
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	1 819 464 053	1 819 464 053
Aplicações em instituições de crédito	-	-	3 634 174 196	3 634 174 196
Bilhetes de tesouro	294 804 486	-	-	294 804 486
Participação no capital da SIMO	-	31 005 002	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	5 471 255 041	5 471 255 041
Outros activos	-	-	3 752 250	3 752 250
Total de activo	294 804 486	31 005 002	12 209 191 984	12 535 001 472
			Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito			680 279 296	680 279 296
Depósitos de clientes			10 051 790 711	10 051 790 711
Provisões			142 800 440	142 800 440
Outros passivos			161 778 899	161 778 899
Total de passivo			11 036 649 346	11 036 649 346
2021				
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	2 037 654 711	2 037 654 711
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	2 381 284 726	2 381 284 726
Aplicações em instituições de crédito	-	-	3 803 746 760	3 803 746 760
Bilhetes de tesouro	295 746 201	-	-	295 746 201
Participação no capital da SIMO	-	31 005 002	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	5 873 993 319	5 873 993 319
Outros activos	-	-	5 608 652	5 608 652
Total de activo	295 746 201	31 005 002	14 102 288 166	14 429 039 369
			Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito			688 344 159	688 344 159
Depósitos de clientes			12 693 833 461	12 693 833 461
Outras provisões			104 507 531	104 507 531
Outros passivos			183 363 466	183 363 466
Total de passivo			13 670 048 618	13 670 048 618

29. Justo valor dos instrumentos financeiros

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos idênticos.
Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.
Nível 3: Técnicas que utilizam os componentes do preço que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis de hierarquia reavaliando a classificação final no fim de cada reporte e para as propriedades de investimento o Banco utiliza avaliadores independentes. Os quadros a seguir mostram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível de hierarquia:

2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento (Nota 17)	-	-	258 436 500	258 436 500
Participação no capital da SIMO	-	-	31 005 002	31 005 002
	-	-	258 436 500	289 441 502

2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento (Nota 17)	-	-	259 263 000	259 263 000
Participação no capital da SIMO	-	-	31 005 002	31 005 002
	-	-	290 268 002	290 268 002

Activos mensurados ao custo amortizado

2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao custo amortizado				
Empréstimo e adiantamento a clientes	-	5 236 538 200	-	5 236 538 200
	-	5 236 538 200	-	5 236 538 200

2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao custo amortizado				
Empréstimo e adiantamento a clientes	-	5 756 513 452	-	5 756 513 452
	-	5 756 513 452	-	5 756 513 452

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2022		2021	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Activos financeiros				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 471 255 041	5 236 538 200	5 873 993 319	5 756 513 452
	5 471 255 041	5 236 538 200	5 873 993 319	5 756 513 452

A gestão avaliou todos os instrumentos financeiros e determinou que, para além de empréstimos e adiantamentos a clientes os valores aproximam-se do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é aquele pelo qual o instrumento financeiro pode ser transaccionado entre duas partes dispostas, sem que seja uma venda forçada ou liquidação.

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados para determinar a estimativa de justo valor:

- O justo valor das propriedades de investimento foi obtido através da abordagem do custo de reposição, baseado no método de custo e método de comparação de mercado. O justo valor foi determinado no final de 2022. (Nota 17)
- Empréstimos e adiantamento a clientes são descontados através da utilização da taxa dos bilhetes de tesouro de 17.72%

30. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

		Disponibilidades sobre instituições de crédito	Recursos de instituições de crédito	Outros passivos	Juros Pagos	Remuneração dos órgãos de gestão	Custos administrativos
Societe Generale	2022	2 369 913 797	137 329 671	-	62 017 215	-	118 275 626
	2021	2 138 893 626	234 295 579	-	54 126 436	-	70 096 434
MCB, Ltd	2022	5 827 977	3 798 740	-	-	-	-
	2021	5 827 977	3 798 740	-	-	-	-
Management	2022	-	-	-	-	31 940 486	-
	2021	-	-	-	-	42 891 245	-

31. Contingências e compromissos

Contingências

	2022	2021
Garantias bancárias emitidas	2 714 385 845	4 907 989 430
Créditos documentários	3 742 782 366	3 357 103 552
Créditos não utilizados	1 628 307 954	2 704 146 001
	8 085 476 165	10 969 238 983

32. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Banco. Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também de vido à descida da notação de crédito do Banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o Banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode estar exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Exposição máxima ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o banco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2021 e 2020, relativamente ao risco de crédito no balanço e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço	2022	2021
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1 280 546 445	2 037 654 711
Disponibilidades em instituições de crédito	1 819 464 053	2 381 284 726
Aplicações em instituições de crédito	3 634 174 196	3 803 746 760
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	294 804 486	295 746 201
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 471 255 041	5 873 993 319
Outros activos	3 752 250	5 608 652
Total do activo na demonstração da posição financeira	12 503 996 469	14 398 034 366
Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais		
Garantias bancárias emitidas	2 714 385 845	4 907 989 430
Créditos documentários	3 742 782 366	3 357 103 552
	6 457 168 211	8 265 092 982
Total da exposição ao risco de crédito	18 961 164 681	22 663 127 348

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito ao retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

Activos financeiros que não estão nem vencidos nem em imparidade

Estes activos são considerados como tendo uma taxa de incumprimentos muito baixa:

2022	Exposição máxima ao risco de crédito	Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito				Valor líquido das garantias	Exposição líquida
		Disponibilidades	Cartas de crédito/garantias	Propriedades	Outros		
Disponibilidades em instituições de crédito	1 819 464 053	-	-	-	-	-	1 819 464 053
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 634 174 196	-	-	-	-	-	3 634 174 196
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	294 804 486	-	-	-	-	-	294 804 486
Activos financeiros ao justo valor através de	31 005 002	-	-	-	-	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 471 255 041	6 500 000	4 341 113 676	578 867 731	4 926 481 406	544 773 635	
Administração Central	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	62 262 590	-	-	62 255 736	62 255 736	6 854	6 854
Empresas Privadas	4 573 287 233	6 500 000	3 717 421 045	471 899 363	4 195 820 407	377 466 825	377 466 825
Organizações Colectivas	698 473 001	-	533 500 000	-	533 500 000	164 973 001	164 973 001
Particulares	137 232 219	-	90 192 631	44 712 632	134 905 263	2 326 956	2 326 956
Outros activos	3 752 250	-	-	-	-	3 752 250	3 752 250
	11 254 455 027	6 500 000	4 341 113 676	578 867 731	4 926 481 406	6 327 973 621	

Activos financeiros renegociados

No caso de um cliente tornar-se inadimplente (non-performing) estágio 3, e temporariamente não puder pagar as moras, o cliente pode se qualificar para um período de remediação dando ao cliente a oportunidade de corrigir a situação. Quando o período de remediação expira a situação do cliente é reavaliada dando lugar a liquidação do activo financeiro ou renegociação dos termos o contrato.

Activos financeiros renegociados compreendem empréstimos no estágio 3 que foram renegociados e permanecem pelo menos por 12 meses nesta lista e contém também empréstimos que estão no estágio 2 movidos do estágio 3 e permanecem pelo menos por 6 meses no estágio 2 e não podem ter prestações em atraso.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimadas.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Quando há um aumento significativo no risco de crédito de um grupo ou subgrupo;
- Quando empréstimos amortizáveis estão 90 dias em atraso;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Quando se torna provável que o mutuário entrará em falência ou outra reorganização financeira;
- Quando existem eventos de incumprimento em outras instituições; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar do decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - I. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - II. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
 - III. Depreciação do valor do colateral; e
 - IV. Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral; ou
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com indicação de crédito mal parado são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto a imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O abate ocorre quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida. A oportunidade e a extensão dos abates podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo. No entanto, um abate, muitas vezes, será precedido de um evento específico, como o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, o que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade do empréstimo está além da perspectiva realista de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por indústria apresenta-se como segue:

2022	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo	1 280 546 445	-	-	294 804 486	-	-	-	1 575 350 931
Financeiro	-	1 819 464 053	3 634 174 196	-	31 005 002	698 473 001	-	6 183 116 251
Comércio	-	-	-	-	-	2 332 664 883	-	2 332 664 883
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	76 399 186	-	76 399 186
Serviços	-	-	-	-	-	221 918 084	-	221 918 084
Transportes e	-	-	-	-	-	368 137 822	-	368 137 822
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	1 386 929 747	-	1 386 929 747
Outros	-	-	-	-	-	386 732 317	3 752 250	390 484 568
	1 280 546 445	1 819 464 053	3 634 174 196	294 804 486	31 005 002	5 471 255 041	3 752 250	12 535 001 472

2021	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo	2 037 654 711	-	-	295 746 201	-	-	-	2 333 400 912
Financeiro	-	2 381 284 726	3 803 746 760	-	31 005 002	539 644 030	-	6 755 680 517
Comércio	-	-	-	-	-	2 252 665 954	-	2 252 665 954
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	188 668 621	-	188 668 621
Serviços	-	-	-	-	-	103 360 185	-	103 360 185
Transportes e	-	-	-	-	-	963 860 642	-	963 860 642
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	1 581 328 400	-	1 581 328 400
Outros	-	-	-	-	-	244 465 487	5 608 652	250 074 139
	2 037 654 711	2 381 284 726	3 803 746 760	295 746 201	31 005 002	5 873 993 319	5 608 652	14 429 039 369

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez, assim como diversificada que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. Além disso, o Banco detém linhas de crédito com a casa mãe, que pode recorrer.

sempre que precisar. Adicionalmente o Banco possui reservas obrigatórias correspondentes a 11,5% para moeda estrangeira e 10.5% para moeda nacional do saldo médio dos depósitos de clientes e do Estado. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas de activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2022	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	1 280 546 445	-	-	-	-	1 280 546 445
Disponibilidades em instituições de crédito	1 819 464 053	-	-	-	-	1 819 464 053
Empréstimos e adiantamentos a bancos	- 3 634 174 196	-	-	-	-	3 634 174 196
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	- 294 804 486	-	-	-	-	294 804 486
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	- 1 304 213 265	2 672 991 668	2 057 861 184	415 067 171	-	6 450 133 288
Outros activos	3 752 250	-	-	-	-	3 752 250
Total de activos	3 103 762 748	5 233 191 947	2 672 991 668	2 057 861 184	446 072 173	13 513 879 719
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	338 592 603	341 661 491	-	-	680 254 094
Recursos de clientes	7 806 860 550	1 447 440 372	852 203 073	-	-	10 106 503 995
Passivo de locação	-	1 397 095	4 496 515	15 428 813	22 458 893	43 781 317
Outros passivos	330 253 102	-	-	-	-	330 253 102
Total de passivos	8 137 113 652	1 787 430 071	1 198 361 078	15 428 813	22 458 893	11 160 792 507
Gap de liquidez	(5 033 350 904)	3 445 761 876	1 474 630 590	2 042 432 370	423 613 280	2 353 087 212

2021	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	2 037 654 711	-	-	-	-	2 037 654 711
Disponibilidades em instituições de crédito	2 381 284 726	-	-	-	-	2 381 284 726
Empréstimos e adiantamentos a bancos	- 3 803 746 760	-	-	-	-	3 803 746 760
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	- 300 000 000	-	-	-	-	300 000 000
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	- 1 375 569 417	3 036 715 917	3 059 256 107	459 628 791	-	7 931 170 231
Outros activos	5 608 652	-	-	-	-	5 608 652
Total de activos	4 424 548 088	5 479 316 176	3 036 715 917	3 059 256 107	490 633 792	16 490 470 080
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	3 798 740	237 702 315	496 414 635	-	-	737 915 689
Recursos de clientes	8 715 763 540	2 177 033 966	1 898 433 334	-	-	12 791 230 839
Passivo de locação	-	1 397 095	4 496 515	15 428 813	18 021 589	39 344 012
Outros passivos	187 816 387	-	-	-	-	187 816 387
Total de passivos	8 907 378 667	2 416 133 377	2 399 344 483	15 428 813	18 021 589	13 756 306 927
Gap de liquidez	(4 482 830 579)	3 063 182 799	637 371 434	3 043 827 294	472 612 203	2 734 163 151

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotas. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de clientes.

2022	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	1 280 546 445	1 280 546 445
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	1 819 464 053	1 819 464 053
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 634 174 196	-	-	-	3 634 174 196
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	294 804 486	-	-	-	294 804 486
	-	-	-	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 302 435 133	2 558 320 077	1 610 499 831	-	5 471 255 041
Outros activos	-	-	-	3 752 250	3 752 250
Total de activos	5 231 413 815	2 558 320 077	1 610 499 831	3 134 767 749	12 535 001 472
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	338 605 886	341 673 409	-	-	680 279 296
Recursos de clientes	1 437 783 830	807 146 331	-	7 806 860 550	10 051 790 711
Passivo de locação	1 397 095	4 496 515	37 887 706	-	43 781 317
Outros passivos	-	-	-	330 253 102	330 253 102
Total de passivos	1 777 786 811	1 153 316 256	37 887 706	8 137 113 652	11 106 104 425
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	3 453 627 003	1 405 003 822	1 572 612 124	(5 002 345 902)	1 428 897 048

2021	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	2 037 654 711	2 037 654 711
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	2 381 284 726	2 381 284 726
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 803 746 760	-	-	-	3 803 746 760
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	295 746 201	-	-	-	295 746 201
	-	-	-	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 171 256 835	2 533 044 297	2 169 692 187	-	5 873 993 319
Outros activos	-	-	-	5 608 652	5 608 652
Total de activos	5 270 749 796	2 533 044 297	2 169 692 187	4 455 553 089	14 429 039 369
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	238 094 319	450 249 841	-	-	688 344 159
Recursos de clientes	2 222 623 301	1 815 803 981	-	8 655 406 180	12 693 833 462
Passivo de locação	1 397 095	4 496 515	33 450 402	-	39 344 012
Outros passivos	-	-	-	187 816 387	187 816 387
Total de passivos	2 462 114 715	2 270 550 336	33 450 402	8 843 222 567	13 609 338 020
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	2 808 635 080	262 493 961	2 136 241 785	(4 387 669 477)	819 701 350

A sensibilidade na demonstração dos resultados é o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a MIMO, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	Aumento/diminuição p.p.	Impacto nos resultados antes de impostos
2022	+75 pb	48 234 322
	-75 pb	(48 234 322)
2021	+75 pb	39 055 281
	-75 pb	(39 055 281)

Risco cambial

O risco cambial é o risco do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda. De acordo com a política do Banco, as posições são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021:

2022	MZN	USD	ZAR	EUR	Outras	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	893 105 653	328 053 320	28 672 108	30 715 364	-	1 280 546 445
Disponibilidades sobre instituições de crédito	88 203 559	1 563 479 630	104 567 401	54 275 290	8 938 173	1 819 464 053
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 634 174 196	-	-	-	-	3 634 174 196
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	294 804 486	-	-	-	-	294 804 486
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	31 005 002	-	-	-	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4 877 302 210	361 786 053	76 466 445	155 700 333	-	5 471 255 041
Outros activos	3 752 250	-	-	-	-	3 752 250
Total	9 822 347 356	2 253 319 002	209 705 954	240 690 987	8 938 173	12 535 001 472
Passivos financeiros						
Disponibilidades de instituições de crédito	341 673 409	-	201 276 215	137 329 671	-	680 279 296
Disponibilidades de clientes	7 370 576 519	2 505 403 711	12 756 909	160 802 669	2 250 903	10 051 790 711
Passivo de locação	43 781 317	-	-	-	-	43 781 317
Outros passivos	330 253 102	-	-	-	-	330 253 102
Total	8 086 284 346	2 505 403 711	214 033 124	298 132 340	2 250 903	11 106 104 425
Exposição líquida	1 736 063 009	(252 084 709)	(4 327 170)	(57 441 353)	6 687 270	1 428 897 047

2021	MZN	USD	ZAR	EUR	Outras	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1 094 403 156	865 799 647	27 361 893	50 090 014	-	2 037 654 711
Disponibilidades sobre instituições de crédito	167 385 180	2 070 119 877	77 603 360	60 292 157	5 884 152	2 381 284 726
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 803 746 760	-	-	-	-	3 803 746 760
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	295 746 201	-	-	-	-	295 746 201
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	31 005 002	-	-	-	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4 853 806 149	711 033 426	164 606 936	144 546 809	-	5 873 993 320
Outros activos	5 608 652	-	-	-	-	5 608 652
Total	10 251 701 099	3 646 952 950	269 572 189	254 928 980	5 884 152	14 429 039 369
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	454 048 581	-	234 295 579	-	-	688 344 159
Disponibilidades de clientes	8 944 921 003	3 404 412 670	36 245 073	305 903 217	2 351 499	12 693 833 462
Passivo de locação	39 344 012	-	-	-	-	39 344 012
Outros passivos	187 816 387	-	-	-	-	187 816 387
Total	9 626 129 983	3 404 412 670	270 540 651	305 903 217	2 351 499	13 609 338 020
Exposição líquida	625 571 116	242 540 280	(968 462)	(50 974 237)	3 532 653	819 701 350

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD, EUR e ZAR, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é a mesma que em capital.

	Alterações na taxa de câmbios de USD	Impacto nos resultados antes de impostos
2022	0%	(157 973)
	0%	157 973
2021	-15%	(35 846 741)
	15%	35 846 741

	Alterações na taxa de câmbios de EUR	Impacto nos resultados antes de
2022	-6%	3 250 797
	6%	(3 250 797)
2021	-21%	(10 577 173)
	-21%	10 577 173
	Alterações na taxa de câmbios de ZAR	Impacto nos resultados antes de
2022	-6%	269 103
	6%	(269 103)
2021	-21%	206 580
	-21%	(206 580)

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O SGM opera num modelo centralizado de gestão de capital. Os objectivos de gestão de capital conforme detalhado na estrutura de gestão de capital, são para cumprir com os rácios de capital exigidos pelo Banco de Moçambique e pelos objectivos traçados pelo Conselho de Administração para gerar capital suficiente para suportar o crescimento dos activos.

O capital é gerido de acordo com a estrutura de gestão de capital através do Comité de Gestão de Activos e Passivos, são feitos relatórios periódicos sobre as posições de capital. Os riscos do capital são apresentados ao Comité de Risco e ao Conselho de Administração. O Comité de Gestão de Activos e Passivos tem encontros mensais onde revê, aprova e faz recomendações reactivas ao risco de capital. Este inclui o apetite ao risco, políticas, limites e utilizações.

De acordo com as directrizes do Banco de Moçambique no processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP), o grupo possui um processo de planeamento e gestão de capital. Todos os anos o SGM prepara e submete o processo de auto-avaliação da adequação do capital interno ao Banco de Moçambique. O ICAAP é preparado pelos departamentos de Risco e Financeiro e é revisto pela gestão do Banco. O ICAAP é um processo contínuo e é revisto e actualizado sempre que houver mudanças significativas no plano estratégico do Banco.

O objectivo do ICAAP é de garantir que o Banco seja adequadamente capitalizado e que quando houver probabilidade de escassez de capital, a gestão do Banco procura garantir que as diferenças sejam resolvidas. O SGM promove o uso eficiente do capital alinhando as estratégias de negócio, apetite ao risco e retornos esperados com os requisitos de capital.

A tabela abaixo mostra de forma resumida o rácio de adequação de capital segundo o Banco de Moçambique a 31 de Dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social	2 647 200 000	2 647 200 000
Reservas elegíveis e resultados transitados	(748 931 512)	(748 931 512)
Activos intangíveis	(2 899 827)	(11 867 669)
Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM	-	-
Fundos próprios (Tier I)	1 895 368 661	1 886 400 818
Fundos próprios complementares (Core Tier II)		
Outros	1 199 589	1 590 119
Fundos próprios complementares (Core Tier II)	1 199 589	1 590 119
Outros elementos a deduzir	-	-
Fundos próprios de base e complementares (Tier I e II)	1 896 568 250	1 887 990 937
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	6 715 493 381	9 515 630 027
Fora da posição financeira	2 881 220 821	3 205 318 191
Risco operacional e de mercado	178 689 707	185 232 318
Total dos activos ponderados	9 775 403 908	12 906 180 536
Rácios prudenciais		
Core Tier I	19,42%	14,71%
Tier I Capital	19,39%	14,62%
Rácio de solvabilidade	19,40%	14,63%
Rácio de solvabilidade requerido	12,00%	12,00%

Em 2012, o Banco introduziu um novo Sistema Bancário Central (CBS). Desde 2014, o Banco opera com a mesma versão do CBS, que, apesar das manutenções periódicas, apresenta-se desactualizado. Em Outubro de 2021, o Banco sofreu uma interrupção de serviço devido a um incidente de TI relacionado com um grande número de transações, afectando principalmente a capacidade do Banco de reflectir as informações da fonte primária do CBS no sistema de contabilidade.

Imediatamente após o incidente, foram tomadas medidas correctivas, para garantir a confiabilidade e sustentabilidade das operações com os clientes. Portanto, na perspectiva do Cliente não se verificaram impactos significativos. O incidente foi atempadamente comunicado ao regulador. Foi implementado um plano de remediação do CBS com o apoio do provedor do sistema que está sendo monitorado de perto pela Gestão.

33. Princípio de continuidade

Em consequência do exposto, verificou-se um atraso na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do Banco relativas ao período de 12 meses findo em 31 de Dezembro de 2022.

Para não atrasar ainda mais a apresentação das contas, a Gestão desenvolveu uma abordagem alternativa com vista à correção das informações do CBS e à preparação das demonstrações financeiras. Esta abordagem consistiu na criação de uma base de dados fora do CBS (apenas para efeitos de preparação de demonstrações financeiras). Para evitar desrupções, todas as transações do Banco (incluindo, mas não se limitando a clientes e terceiros) continuam a ser registadas no actual CBS no dia-adia.

Foi mobilizado apoio externo substancial, com o objectivo de realizar procedimentos aprofundados para: i) verificar a precisão da base de dados fora do CBS e, por meio desta ii) documentar as demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2022. A Gestão considera que a abordagem alternativa suporta adequadamente as demonstrações financeiras, que dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das operações do Banco em e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

O Conselho de Administração tomou a decisão de substituir o actual CBS. Esta decisão conta com o total apoio e cooperação dos accionistas. Os recursos necessários para esta mudança já foram assegurados e o novo CBS está programado para entrar em operação em Setembro de 2024. Todas as etapas realizadas neste projeto foram comunicadas ao regulador em devido tempo.

A abordagem alternativa descrita acima para preparar as demonstrações financeiras será implementada até que o Banco mude o seu CBS.

As demonstrações financeiras continuam a ser preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

A Gestão expressa total confiança na sua capacidade de conduzir os negócios no dia-a-dia de forma normal.

34. Acontecimentos após a data do balanço

Após o período de relato, e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não houve eventos favoráveis ou desfavoráveis para a SGM, que afectam as demonstrações financeiras ou requeiram divulgação adicional.

O Director Financeiro

O Conselho de Administração



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co.mz

Banco Societe Generale Moçambique, S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro 2022

Parecer do Fiscal Único

Em conformidade com os requisitos legais e estatutários aplicáveis, vimos por este meio reportar aos Accionistas as nossas constatações do trabalho realizado no Banco Societe Generale Moçambique, S.A. referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

Na nossa capacidade de Fiscal Único, monitoramos as actividades do Banco durante o ano. Reunimos com vários níveis de gestão e questionamos sobre as actividades desenvolvidas ao longo do ano. Verificamos os relatórios e registos contabilísticos, bem como a documentação de suporte, na medida em que consideramos necessário nas circunstâncias. Recebemos plena cooperação da gestão no desempenho das funções de Fiscal Único, no que diz respeito ao fornecimento da informação por nós solicitada.

Apoiamo-nos de forma extensiva no trabalho e relatórios do auditor externo independente do Banco, relativamente aos procedimentos realizados no cumprimento das nossas obrigações e na formulação deste parecer respeitante às demonstrações financeiras do Banco, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Conforme referido na Nota 33 das demonstrações financeiras, devido a um incidente informático ocorrido no último trimestre de 2022, as demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2022 foram preparadas a partir de uma base de dados alternativa, criada a partir da aplicação informática core do Banco (base de dados principal), na qual foi efectuado um conjunto de correcções de modo a sanar os efeitos do incidente ocorrido.

A utilização de uma base de dados alternativa para suportar as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2022 constituiu uma limitação ao âmbito do auditor externo independente e por inerência do grau de dependência tal como referido acima, no âmbito do trabalho do Fiscal Único. Esperamos que esta situação seja sanada com a maior brevidade.

Com base nos relatórios do auditor externo independente e procedimentos por nós executados, recomendamos que os accionistas aprovelem as demonstrações financeiras do Banco Societe Generale Moçambique, S.A. do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 assim como a proposta de aplicação dos resultados, conforme se segue:

- Transferência de 157,468,198.2, correspondentes a 30%, referentes a reservas legais; e

- Transferência dos remanescentes 367,425,795.8 para conta de resultados transitados.

Abel Chuaiaguaia
KPMG
31 de Julho de 2023

KPMG Auditores e Consultores, S.A., uma sociedade anónima e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

KPMG Auditores e Consultores, SA, a limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO IV

(milhares de meticais)

Código de contas		2022	2021
79+80	Juros e Rendimentos Similares	1 689 084	1 316 623
66+67	Juros e Encargos Similares	495 770	480 933
	Margem Financeira	1 193 315	835 689
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
81	Rendimentos com servicoes e Comissoes	213 843	231 873
68	Encargos com Servicos e Comissoes	(68 831)	(68 460)
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	-	-
69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	-	-
-694+834	Resultados de Reavaliacao Cambial	422 165	371 242
-690+830	Resultados de Alienacao de Outros Activos	-	-
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Outros Resultados de Exploracao	(32 805)	16 737
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836			
(1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848			
	Produto Bancario	1 727 687	1 387 081
70	Custo com Pessoal	417 209	382 668
71	Gastos Gerais Administrativos	442 773	328 242
77	Amortizacao do Exercicio	79 006	82 543
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisoes Liquidadas de Reposicoes e Anulacoes	23 617,30	45 895,67
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidados de Reversoes e Recuperacoes	79 835	346 804
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquidada de reversoes e Recuperacoes	(171)	(1 913)
	Resultado Antes de Impostos	685 417	202 841
65	Impostos Correntes	160 523	92 104
74-86	Impostos Diferidos	-	-
640	Resultados após Impostos	524 894	110 737
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operacoes Descontinuadas	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO	524 894	110 737

Código de contas	ACTIVO	2022			2021	Código de contas	PASSIVO	2022	2021
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e Amortizações	Activo líquido					
10+3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 280 546	-	1 280 546	2 037 655	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	341 673	450 250
11+3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 819 464	-	1 819 464	2 381 285	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para negociação	-	-
153 (1)+158 (1)+16	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
153 (1)+158 (1)+17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras instituicoes de créditos	338 606	238 094
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	Activos financeiros disponiveis para venda.	31 005	-	31 005	31 005	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	10 051 791	12 693 833
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicacoes em instituições de crédito	3 634 174	-	3 634 174	3 803 747	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por titulos	-	-
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+34000+34008-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	6 151 600	680 345	5 471 255,04	5 873 993,32	44	Derivados de cobertura	-	-
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	294 804	-	294 804	295 746	45	Passivos nao correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
21	Derivados de cobertura	-	-	-	-	47	Provisões	142 800	104 508
25-3580	Activos nao correntes detidos para venda	-	-	-	-	490	Passivos por impostos correntes	-	-
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de investimentos	258 437	-	258 437	259 263	491	Passivos por impostos deferidos	75 982	76 246
27-3581 (1)-360 (1)	Outros activos tangiveis	1 222 857	333 157	889 700	897 804	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos subordinados	-	-
29-3583-361	Activos intangiveis	321 935	319 035	2 900	11 868	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1)(2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros passivos	391 385	1 576 147
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-
300	Activos por impostos correntes	22 027	-	22 027	21 927	55	Capital	2 647 200	2 647 200
301	Activos por impostos diferidos	75 982	-	75 982	76 246	602	Premios de emissão	13 790	13 790
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros activos	95 842	-	95 842	1 457 545	57	Outros instrumentos de capital	-	-
						56	Acções próprias	-	-
						58+59	Reservas de reavaliação	-	-
						60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	-651 985	-762 722
						64	Resultado do exercício	524 894	110 737
						63	(Dividendos antecipados)	-	-
TOTAL DO ACTIVO	TOTAL DO ACTIVO	15 208 674	1 332 537	13 876 137	17 148 084	TOTAL DO PASSIVO	TOTAL DO PASSIVO	13 876 137	17 148 084

